

AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS IFS: APROXIMAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Gustavo Bigetti Guergoletto

g.bigetti.guergoletto@gmail.com

Instituições recentes no cenário nacional, os Institutos Federais (IFs) foram criados por meio da Lei 11.892/2008 e caracterizam-se como instituições que têm como finalidade a oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, a fim de qualificar e formar trabalhadores e trabalhadoras em diversos setores da economia com vistas ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008). Contando com grande capilaridade no país, esses institutos apresentam também, dentre suas finalidades, a formação tecnológica aliada com a preocupação social e o estímulo ao desenvolvimento do espírito crítico nos estudantes.

Anteriores à criação dos IFs temos as incubadoras populares, conhecidas como Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES), Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES), entre outras nomenclaturas correlatas. Algumas datadas com início em meados de 1990, essas iniciativas emergiram como resposta das universidades brasileiras aos problemas sociais relacionados ao trabalho. Seus objetivos iniciais eram o de organizarem-se para a oferta de suporte a experiências de geração de trabalho e renda a coletivos de trabalhadores e trabalhadoras desempregados ou com vínculos precários que buscavam suporte para o acesso ao trabalho baseado em relações diferentes do trabalho subordinado (COIMBRA; SOUZA, 2007). Tomando como exemplo o modelo da ITCP criada através de um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diversas outras instituições desenvolveram projetos semelhantes, o que culminou com a formação de duas rede dessas incubadoras que ainda hoje atuam na assessoria e fomento à empreendimentos econômicos solidários, sejam eles informais ou formalizados como

cooperativas ou associações e sempre visando a geração de trabalho, renda e a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidas.

Amplamente difundida nas universidades, e com predominância nas públicas, além da formação para gestão dos empreendimentos solidários incubados, as ITES atuam diretamente no fomento da Economia Solidária junto às comunidades locais em que estão inseridas. Sua lógica de funcionamento está para além do retorno financeiro individual de uma ou outra empresa, está direcionada para um coletivo cujos valores visam, em primeira instância, o bem-estar dos trabalhadores envolvidos e uma relação sustentável com o seu entorno, além de articularem aspectos econômicos do negócio com as lutas políticas (SOLTEC, 2017).

Diante de tais caracterizações, o objetivo da presente pesquisa consiste em identificar o potencial formativo que as ITES podem propiciar aos seus integrantes, mais especificamente, na formação dos discentes envolvidos. Para isso, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, utiliza como fontes o relatório final do Proninc de 2017 (SOLTEC, 2017), e os apontamentos de Culti e Zacarias (2018) e Bensadon e Araldi (2020) em suas respectivas pesquisas, visando traçar aspectos qualitativos e quantitativos da experiência discente.

Como resultado inicial da pesquisa, segundo o relatório final de avaliação do PRONINC de 2017, nas 64 incubadoras estudadas no período de 2014 a 2016, 1853 integrantes faziam parte da composição destas incubadoras. Destes, 59% eram discentes. A distribuição de outros membros das incubadoras representou um percentual de 17% de docentes, 21% de técnicos administrativos e 3% com outros vínculos (SOLTEC, 2017). Esse arranjo evidencia uma relevante participação de discentes nas ITES, o que nos leva a considerar possibilidades formativas calcadas em outras relações sociais e de trabalho.

Do outro lado, de acordo com apontamentos realizados por Culti e Zacarias (2018) e Bensadon e Araldi (2020) no resultado de suas pesquisas, cada qual com um grupo de discentes, a experiência destes no envolvimento com as ITES demonstrou-se transformadoras. Segundo Culti e Zacarias (2018), a vivência nas incubadoras permitiu às discentes participantes da pesquisa trazer para o espaço de sala de aula diferentes perspectivas da lógica socioeconômico e um olhar crítico em torno destas relações. Os resultados de Bensadon e Araldi (2020), no que tange à experiência dos discentes, apontaram para um elevado potencial educativo nestas relações. Para as autoras, foi possível depreender que os discentes experimentaram relações horizontalizadas juto à

docentes e demais servidores na gestão de uma organização autogestionária, que em tese são as ITES, e também atuaram ativamente como educadores populares, promovendo a formação prática para o trabalho, como objetivado pelos IFs. Soma-se a isto o fato destes estarem em constante relação com os empreendimentos incubados, o que nos leva a vislumbrar a possibilidade de aprendizado de saberes externos ao ambiente acadêmico, oriundos da comunidade.

Com base nesses resultados preliminares, conclui-se então um grande potencial formativo decorrente da experiência dos discente nas ITES. Considerando a estrutura e capilaridade dos institutos federais, e as possibilidades concretas da realização do ensino vinculado à pesquisa e à extensão, as ITES podem sim contribuir significativamente para uma formação mais ampliada dos estudantes do ensino médio.

Palavras-chave: Institutos Federais; Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos Solidários; Formação discente

REFERÊNCIAS:

BENSADON, Ligia Scarpa; ARALDI, Etiane. Implementando uma ITES em um Instituto Federal: economia solidária no ambiente da educação profissional e tecnológica. In: *Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (SICOOPEs)*, 2020, Belém. *Anais do XIII Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Belém: IFPA, 2020. p. 1203-1217.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em 30 set. 2022.

COIMBRA, Ana Livia de Souza; SOUZA, Marcela Braga de. Princípios e ações em economia solidária: a Intercoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. **Proposta**: revista trimestral de debate da Fase, Rio de Janeiro, ano. 31, n. 112, p.4-15, 2007.

CULTI, Maria Nezilda; ZACARIAS, Amanda Culti. Conhecimento produzido por meio das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários: alguns resultados qualitativos. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C.R. (org.). **Incubadoras Tecnológicas de economia solidária**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2018. p.117-147

SOLTEC. Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. Avaliação do Proninc – Relatório final 2017. Rio de Janeiro: Núcleo de solidariedade técnica / UFRJ, 2017.